

2026

# Mineração: uma prioridade estratégica



# Mineração: uma prioridade estratégica para o Brasil 2027-2030



A transição energética e os avanços tecnológicos estão redesenhando a geografia mundial e o Brasil tem diante de si uma oportunidade histórica de ocupar posição central nesse processo. Somos uma potência mineral, com empresas altamente competitivas e recursos abundantes para as transformações em curso no mundo, mas ainda temos muito a conhecer e desenvolver.

Transformar a riqueza do nosso subsolo em prosperidade, inovação e crescimento econômico exige visão estratégica, eficiência e responsabilidade. Nos próximos anos, o ambiente institucional da mineração precisa avançar para ampliar investimentos, viabilizar novos projetos e fazer com que os recursos minerais brasileiros se convertam em prosperidade para toda a sociedade.

A partir de 2027, caberá ao próximo governo converter esse potencial em realidade. O desafio é enorme: construir uma agenda de desenvolvimento para um setor estratégico, no qual convergem interesses sociais, econômicos, ambientais, tecnológicos e geopolíticos. Mas a oportunidade é igualmente única. O Brasil reúne condições para ampliar sua participação nas cadeias globais de minerais críticos e estratégicos, para atrair novos investimentos e para assumir o protagonismo em uma economia mundial cada vez mais dependente destes recursos.

O IBRAM apresenta uma síntese das propostas que considera essenciais para destravar o desenvolvimento da mineração brasileira. Os desafios somente serão superados com liderança política, capacidade de execução e visão estratégica. O setor privado está comprometido com essa transição. Por meio de uma parceria entre Estado e iniciativa privada, o país pode empregar seu patrimônio mineral e sua vasta competência em mineração para avançar de forma acelerada rumo a uma sociedade mais próspera.

# 1. Conhecimento para transformar: levantamento geológico e pesquisa mineral



Para deixar de ter potencial e se transformar em potência, o Brasil precisa ampliar o conhecimento de seu território e fortalecer a pesquisa mineral.

Atualmente, apenas uma parcela reduzida do território nacional está mapeada (cerca de 28%), enquanto países mineradores consolidados já conhecem plenamente seus potenciais minerais (acima de 95%). Essa limitação compromete a identificação de depósitos, o ordenamento territorial e o aproveitamento dos recursos minerais.

A ampliação das atividades de levantamento geológico possibilitará a identificação de potenciais minerais e estimulará investimentos para descoberta de novas reservas. O Brasil, desta forma, poderá ampliar a sua relevância internacional em termos de investimentos em pesquisa mineral e assegurará a ampliação e a diversificação da produção mineral nacional. Assim como Canadá e Austrália, nosso mercado doméstico deve ser capaz de oferecer liquidez e mecanismos adequados para captar investidores.

A pesquisa mineral deve ser tratada como prioridade de Estado, com investimentos públicos estaduais e federais, abertura à participação



privada no reconhecimento geológico e estabelecimento de parcerias com universidades e institutos de pesquisa. É preciso assegurar orçamento adequado e incorporar novas tecnologias para acelerar a disponibilização de dados geológicos básicos no Brasil.

## Propostas

### Conhecimento geológico como prioridade nacional

- Ampliar o percentual do território nacional mapeado em escala 1:50.000, garantindo conhecimento estratégico do potencial nacional.
- Criar mecanismos para investimento privado em conhecimento geológico.
- Estabelecimento de parcerias com Governos Estaduais e Municipais para investimento em conhecimento geológico.

### Financiamento doméstico estruturado

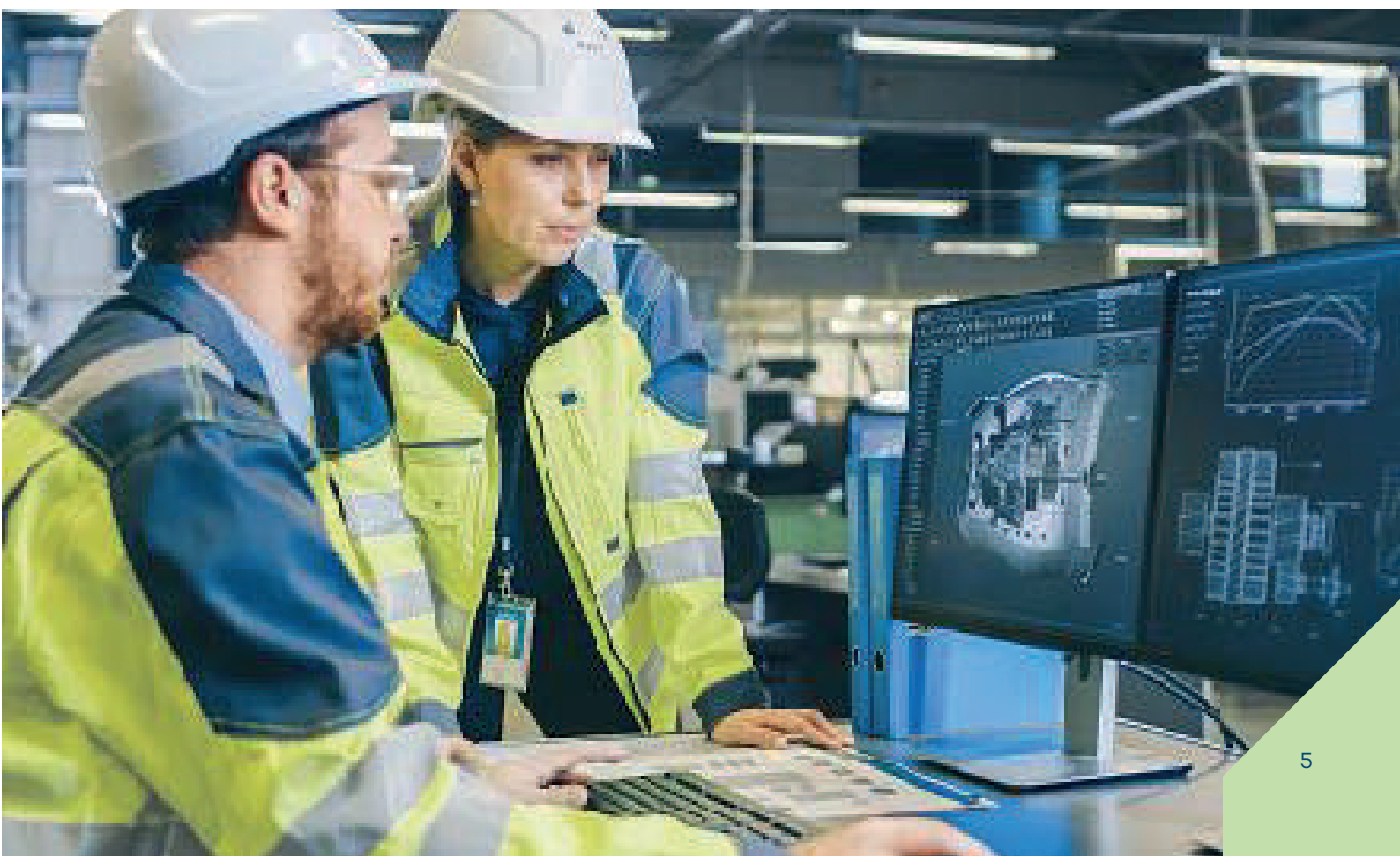
- Criar um ecossistema nacional de financiamento às atividades de pesquisa mineral, incluindo capital de risco via mercado de capitais e outras fontes.
- Adotar mecanismos inspirados no modelo canadense de *Flow-Through Shares*, com deduções tributárias transferíveis que reduzam o custo de capital para projetos de pesquisa mineral.

### Fomento à pesquisa e inovação

- Ampliar as fontes de financiamento para PD&I no desenvolvimento de rotas tecnológicas para produção mineral e agregação de valor em território nacional.
- Reduzir a burocracia e revisar os procedimentos de análise da ANM eliminando etapas e tornando-o mais célere.

Somente pela pesquisa mineral será possível transformar o potencial mineral brasileiro em realidade.

Ampliar a pesquisa mineral é condição indispensável para desenvolver o setor, atrair investimentos estratégicos e posicionar o Brasil como líder da transição energética global. Transformar o conhecimento do subsolo em desenvolvimento econômico é uma oportunidade histórica que o Brasil não pode perder.



## 2. Minerais críticos e estratégicos: Desenvolvimento para o Brasil, Liderança mundial



Com inovação e tecnologia, o Brasil tem a oportunidade de transformar sua economia mineral em protagonista do ciclo de desenvolvimento das novas cadeias industriais globais. O país possui uma base mineral diversa, capaz de sustentar o desenvolvimento de uma cadeia industrial de base mineral geradora de desenvolvimento e prosperidade para a sociedade.

Para que esse potencial se converta em competitividade, é necessário investir em capacitação, tecnologia e inovação, estimular fornecedores e agregar valor em todas as etapas da cadeia. Isso exige uma política industrial objetiva e de longo prazo, que priorize segmentos estratégicos e apoie desde a pesquisa mineral até a produção final.

O Brasil precisa de legislação moderna e tributação adequada ao ciclo longo da mineração, além de incentivos vinculados à pesquisa, inovação e expansão da capacidade produtiva.

# Propostas

## Política Industrial Estratégica

- Definir segmentos prioritários ligados à transição energética e às novas cadeias industriais.
- Incentivar parcerias público-privadas para acelerar inovação e adensamento produtivo.
- Estimular o desenvolvimento tecnológico e a inovação na cadeia de fornecedores do setor mineral.

## Modernização legal e tributária

- Atualizar a legislação sobre jornada de trabalho em subsolo.
- Eliminar a incidência do Imposto Seletivo sobre o setor mineral.
- Disciplinar a aplicação de taxas de fiscalização sobre o setor mineral.
- Vincular incentivos a investimentos em pesquisa e inovação.

## Plano diretor de infraestrutura

- Assegurar investimentos estratégicos em transportes, logística e fornecimento de energia para o desenvolvimento e implantação de empreendimentos minerários.



### Agregação de valor e inovação

- Estimular fornecedores locais.
- Criar ecossistemas de pesquisa e desenvolvimento tecnológico em torno dos minerais críticos.

### Liderança internacional

- Criação de regime plurilateral para garantir a segurança no fornecimento de minerais estratégicos com a contrapartida de criação de condições de mercado adequadas e intercâmbio de conhecimentos e tecnologias.

O próximo governo tem a oportunidade histórica de transformar a riqueza mineral brasileira em liderança global, consolidando o país como protagonista da transição energética e das novas cadeias industriais.





### 3. Segurança para investir e crescer: instituições sólidas e licenciamento rigoroso e ágil



O Brasil somente se beneficiará de sua riqueza mineral por meio de instituições fortalecidas e processos objetivos. Um Estado capaz de decidir com segurança, rigor técnico e em tempo adequado é condição necessária para viabilizar projetos e aproveitar o potencial mineral do país.

A Agência Nacional de Mineração (ANM) ocupa posição central nesse desafio. É necessário assegurar recursos orçamentários, quadro técnico, infraestrutura e sistemas adequados. Ao mesmo tempo, deve ampliar sua capacidade de execução, reduzindo seus estoques processuais, dando maior fluidez à análise de requerimentos e autorizações e disponibilizando mais rapidamente as áreas para pesquisa e exploração mineral.

O licenciamento ambiental também precisa acompanhar essa transformação. Projetos minerais são intensivos em capital, exigem investimentos elevados antes da geração de receitas e possuem longos ciclos de maturação. Por isso, o Brasil deve contar com procedimentos compatíveis com as especificidades do setor: responsabilidades bem delimitadas, critérios técnicos transparentes e prazos compatíveis com a complexidade dos projetos.

Um licenciamento coordenado, eficiente e tecnicamente robusto fortalece a proteção socioambiental, amplia a segurança para investidores e melhora a competitividade do país na atração de projetos de longo prazo.

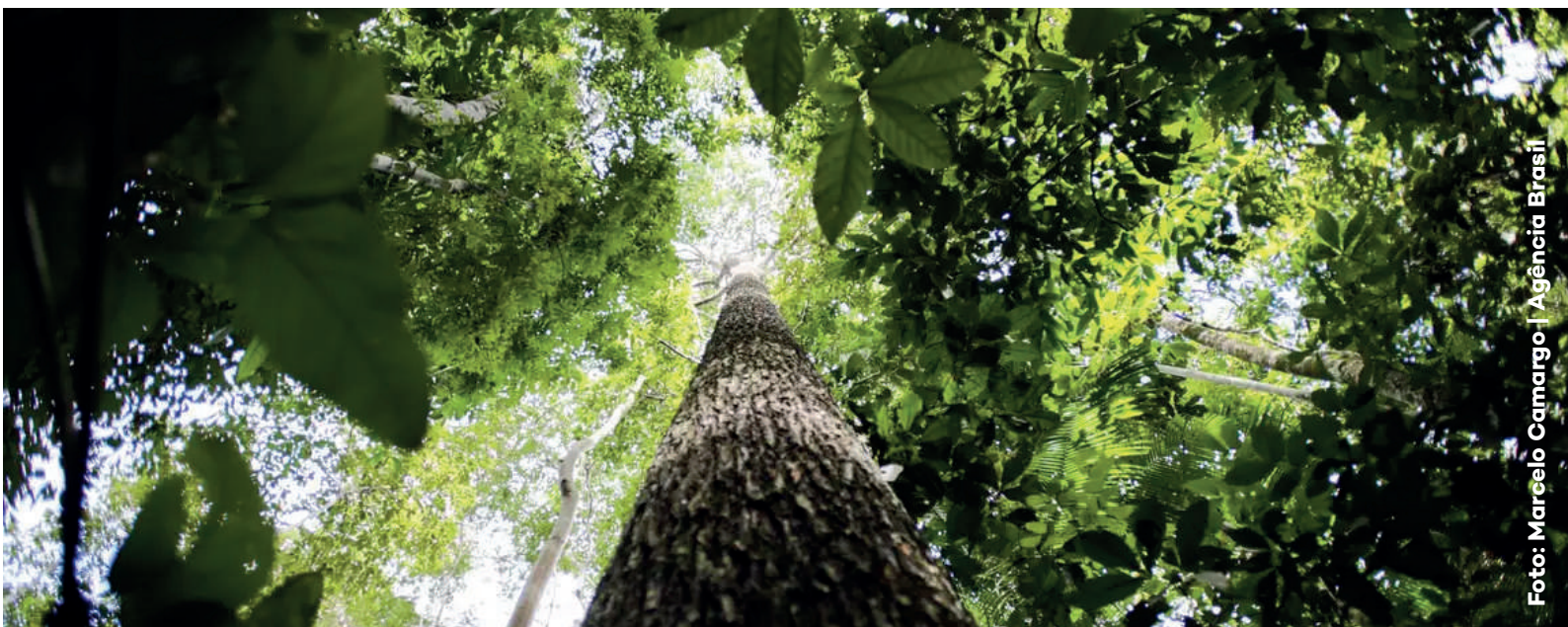


Foto: Marcelo Camargo | Agência Brasil

## Propostas

### Fortalecimento da ANM

- Estruturar a fiscalização das atividades de monitoramento e fiscalização do patrimônio mineral com foco em coibir a mineração ilegal.
- Estabelecer um cronograma de procedimentos de disponibilidade para reduzir o estoque de áreas na ANM.
- Estabelecer prazos para requerimentos, autorizações e concessões pela ANM, aumento a previsibilidade sobre cada estágio dos processos minerais e monitoramento público.

### Licenciamento Ambiental Rigoroso e Ágil

- Regular a Lei Geral de Licenciamento Ambiental e estabelecer de forma clara os papéis dos diferentes órgãos envolvidos no processo de licenciamento ambiental. .
- Harmonizar procedimentos entre União, estados, municípios, ANM e órgãos ambientais.
- Estabelecer mecanismos de coordenação e agilizar as análises dos processos de autorização e concessão de licenças ambientais.
- Modernizar o decreto de cavidades, conciliando a preservação ambiental e a produção mineral.
- Viabilizar projetos estruturantes com contrapartidas socioambientais adicionais.
- Regular a realização de Consultas Livres Prévia e Informadas de forma a estabelecer padrões claros para participação e consulta de comunidades tradicionais.

O próximo governo tem a oportunidade de tornar as instituições sólidas e, desta forma, acelerar a atração de projetos e investimentos para o país.

Um ambiente regulatório eficiente e seguro permitirá ao Brasil usufruir de sua riqueza mineral e ampliar sua presença nas cadeias produtivas minerais globais.



## 4. Desenvolvimento com segurança: combate ao garimpo ilegal

O Brasil precisa construir uma estratégia capaz de enfrentar a exploração ilegal de recursos minerais. Coexistem no país dois fenômenos de ilegalidade: de um lado, o garimpo ilegal, para o qual é preciso ampliar as oportunidades de transição para a legalidade, e de outro, as atividades ilícitas, promovidas pelo crime organizado, que comprometem a segurança dos territórios e provocam graves danos ao meio ambiente.

No segundo caso, a atuação deve alcançar a estrutura econômica que sustenta essas operações, do financiamento e fornecimento de equipamentos e combustíveis ao transporte, comercialização, exportação e lavagem de ativos. Em regiões como a Amazônia e as faixas de fronteira, é essencial a presença permanente do Estado, associada à inteligência financeira, fiscalização integrada e coordenação entre órgãos públicos e forças de segurança para ampliar a proteção territorial.

No caso do garimpo, que busca a conformidade legal, a estratégia precisa incluir caminhos para que trabalhadores e empreendimentos possam adequar suas atividades e ingressar na cadeia mineral de forma regular, atendendo a todos os critérios ambientais e sociais do setor. A transição do garimpo para estruturas juridicamente amparadas, responsáveis e economicamente viáveis contribui para reduzir de forma estrutural o espaço das operações clandestinas e ampliar as oportunidades de geração de renda e desenvolvimento social.



A essa agenda soma-se uma dimensão estratégica: o papel da mineração na proteção e na gestão dos territórios onde está inserida. Empreendimentos regulares mantêm estruturas de gestão e monitoramento que podem contribuir para identificar invasões, exploração clandestina e outras pressões sobre áreas de preservação, especialmente em regiões extensas e remotas.

Ao mesmo tempo, ações de proteção do meio ambiente e recuperação de áreas degradadas integram esses projetos regulares. A mineração pode se constituir, assim, como vetor de conservação ambiental e instrumento complementar de proteção e monitoramento territorial.

## Propostas

### Enfrentamento estruturado à ilegalidade

- Integrar inteligência financeira, fiscalização, órgãos reguladores e forças de segurança para atuar sobre toda a cadeia econômica das operações ilegais, com prioridade para a Amazônia e as faixas de fronteira.

### Políticas de incentivo à formalização

- Criar políticas de orientação à população e empreendimentos dedicados à lavra garimpeira com vista a promover a conformidade legal.
- Implantar políticas de incentivo para evolução de empreendimentos de lavra garimpeira em pequenas empresas de mineração.

### **Mineração como vetor de conservação ambiental e proteção territorial**

- Incentivar a mineração por meio de instrumentos econômicos que estimulem práticas de conservação de áreas protegidas e recuperação de áreas degradadas.
- Fomentar a ampliação da presença de empreendimentos minerais em territórios e regiões estratégicas, como forma de assegurar uma gestão eficiente destas áreas.

Uma política mineral moderna deve combinar enfrentamento às atividades ilegais, transição para a legalidade e desenvolvimento. Uma mineração responsável e integrada aos territórios contribui para a conservação do meio ambiente, amplia oportunidades econômicas e fortalece a institucionalidade em áreas de relevância para o país.







